

Brasília, 06 de julho de 2026

Seleção

Sumário

MSN Notícias

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Pirataria

Pix, corrupção e pirataria: As justificativas dos EUA para o novo tarifaço 3

O Estado de S. Paulo

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Não podemos mais fazer inovação só para estar na vanguarda 5

Exame.com

Domingo, 05 de julho de 2026 | ABPI

Seção 301: audiência sobre tarifas ao Brasil terá 81 discursos; veja lista 7

G1 - Globo

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Brasil vai aos EUA tentar barrar tarifaço de Trump; veja os argumentos da indústri... 11

O Globo Online

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | ABPI

Empresas vão aos EUA hoje tentar barrar tarifaço; veja os argumentos 15

Segunda-feira, 06 de julho de 2026 | Propriedade Intelectual

Governo Lula aposta em nova reunião e na oferta de redução de alíquotas para bar... 17

Pix, corrupção e pirataria: As justificativas dos EUA para o novo tarifaço

Começa nesta segunda-feira (6) a audiência do governo norte-americano com representantes do setor produtivo sobre as novas tarifas contra produtos brasileiros, última etapa de negociação antes do anúncio de uma decisão final sobre as novas tarifas, previsto para o próximo dia 15.

Na conclusão da investigação sobre o Brasil sob a Seção 301, o USTR (Representante Comercial dos Estados Unidos) cita o favorecimento ao Pix, acordos comerciais preferenciais, etanol, desmatamento, **pirataria** e corrupção como algumas das principais justificativas para a nova barreira comercial.

A nova sugestão do órgão americano pode resultar em uma tarifa de 25% sobre as importações brasileiras, caso as medidas não sejam revertidas ou amenizadas durante o período de negociação.

Veja abaixo os principais motivos para a decisão do governo Trump:

Favorecimento do Pix

Segundo a investigação, os Estados Unidos enxergam um conflito de interesses nos papéis desempenhados pelo BC (Banco Central) como regulador e operador do sistema Pix.

O USTR acusa a autarquia de privilegiar o Pix em detrimento de outros serviços de pagamento oferecidos por companhias americanas, ao exigir gratuidade para pessoas físicas, limitar as taxas cobradas de empresas e determinar destaque visual obrigatório ao sistema dentro dos aplicativos bancários.

Tarifas preferenciais injustas

O governo norte-americano também cita os acordos tarifários preferenciais que o Brasil mantém com o México e a Índia em setores nos quais esses países já são amplamente competitivos, como veículos, produtos químicos e maquinário, o que, segundo o documento, prejudicaria produtos americanos que continuam sujeitos às tarifas cheias.

Os Estados Unidos alegam que esses acordos são responsáveis pela queda da participação de seus produtos no mercado brasileiro, enquanto as impor-

tações indianas e mexicanas teriam ganhado espaço.

Além disso, a interpretação americana é de que essas tarifas criam um incentivo financeiro para que empresas transfiram sua produção dos Estados Unidos para o México ou para a Índia, de forma a exportar ao Brasil com custos menores.

Fim de cooperação sobre etanol

No que diz respeito ao etanol, os Estados Unidos chamam atenção para o fim da cooperação bilateral entre os dois países.

Desde 2023, o Brasil deixou de adotar um tratamento tarifário recíproco e passou a cobrar uma tarifa de 18% sobre as importações de etanol dos Estados Unidos.

Enquanto isso, o etanol brasileiro continua com acesso aberto ao mercado americano.

O acordo estava em vigor desde 2010 e, após a retirada do Brasil, as exportações americanas de etanol para o país caíram 87% em valor na comparação com o pico registrado em 2018.

https://www.youtube.com/watch?v=en_o7PRe7A8

Insegurança jurídica e decisões judiciais

O documento do USTR que propõe a nova taxaçaõ cita "ordens judiciais secretas", afirmando que tribunais brasileiros teriam emitido determinações sigilosas a empresas de tecnologia dos Estados Unidos, como X, Meta e Google, para que removeassem conteúdos políticos e suspendessem perfis de residentes nos EUA, proibindo ainda a divulgação dessas ordens aos afetados.

A recomendação também classifica algumas punições como excessivas, citando a imposição de multas diárias elevadas e ameaças de encerramento das operações em território brasileiro, como nos casos do X e do Rumble, em razão do descumprimento de decisões judiciais.

O órgão também afirma que existe insegurança jurídica no Brasil e destaca a decisão do STF, de junho de 2025, que declarou parcialmente inconstitucio-

nal o artigo 19 do Marco Civil da Internet, ampliando o risco de responsabilização civil das plataformas por conteúdos publicados por terceiros.

Combate à corrupção

O órgão americano aponta problemas do Brasil no combate à corrupção, alegando que o governo brasileiro tem falhado em investigar e processar adequadamente casos de suborno transnacional.

Também são citadas a anulação de provas e sentenças da Operação Lava Jato e a renegociação não transparente de acordos de leniência, apontadas pelo documento como violações das normas internacionais.

Por fim, o USTR afirma que empresas americanas enfrentam desvantagens diante da impunidade de companhias brasileiras envolvidas em práticas de corrupção, uma vez que as empresas dos Estados Unidos estariam sujeitas a regras anticorrupção mais rigorosas.

Pirataria

O Representante Comercial dos Estados Unidos avalia que existe uma falha sistêmica no combate à importação e ao tráfico de produtos falsificados, com falta de penalidades dissuasórias e um número insuficiente de agentes alfandegários nas fronteiras brasileiras.

Os Estados Unidos também chamam atenção para a pirataria digital.

O governo norte-americano ressalta que o Brasil não aderiu aos Tratados da Internet da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) e afirma que o país apresenta elevados índices de pirataria de conteúdo digital, o que prejudicaria trabalhadores dos setores criativos americanos.

Lentidão na concessão de patentes

Segundo o órgão americano, o tempo de espera para o exame de patentes no Brasil, especialmente no setor de biofarmacêuticos, também seria um dos motivos para a imposição de novas tarifas.

O USTR afirma que o prazo brasileiro para a concessão de patentes é cerca de 30% superior ao dos Estados Unidos e que o país não possui mecanismos de compensação pela demora.

Desmatamento ilegal e concorrência desleal

A entidade americana afirma que o Brasil não audita adequadamente fraudes no CAR (Cadastro

Ambiental Rural) e que o país estaria falhando em impedir invasões de terras e a extração ilegal de madeira.

Além das críticas à fiscalização, os Estados Unidos apontam uma concorrência desleal em produtos agrícolas, como carne, soja e milho, produzidos em áreas desmatadas ilegalmente e que, por isso, chegariam ao mercado internacional com custos artificialmente reduzidos.

De acordo com o documento, também haveria falhas na rastreabilidade de madeira e de gado, permitindo que produtos de origem ilegal sejam "lavados" em cadeias produtivas legítimas.

Segundo o governo norte-americano, de forma semelhante ao argumento relacionado à corrupção, esses produtores colocariam empresas americanas, que seguem normas legais e ambientais, em desvantagem competitiva.

Como irá funcionar a audiência

A audiência será composta por 14 painéis, com início às 9h, pelo horário de Brasília.

Os representantes dos setores brasileiros afetados, assim como importadores, distribuidores, indústrias, associações, federações, câmaras de comércio, consultorias, escritórios especializados, entidades de representação econômica e demais agentes inscritos que possam argumentar técnica e objetivamente sobre os impactos das tarifas, contarão com cinco minutos para apresentar um sumário executivo em defesa da cadeia que representam.

Também estão previstos momentos para questionamentos encaminhados pelo USTR e para as respectivas réplicas.

Os participantes tiveram até o dia 22 de junho para solicitar participação no processo e até o dia 1º de julho para encaminhar uma argumentação por escrito, que servirá de base para a apresentação desta segunda-feira (6).

<https://stories.cnnbrasil.com.br/economia/petroleo-cafe-e-aeronaves-veja-itens-mais-exportados-pelo-brasil-aos-eua/>

Não podemos mais fazer inovação só para estar na vanguarda



ENTREVISTA

Sami Youssef Hassuani CEO da Avibras Aeroco

Sami Youssef Hassuani recebeu o general Tomás Miguel Paiva, comandante do Exército, na última quarta-feira. Estava acompanhado pelo chefe do Escritório de Projetos do Exército (EPEX), general Everton Pacheco da Silva, e pelo comandante do Sudeste (CMSE), Ricardo Piai Carmona. O séquito de Tomás dá a dimensão da importância da visita. Outra forma de aferi-la é a entrevista de Hassuani ao Estadão. A seguir, os principais trechos.

Como começaram as atividades nesta fase da empresa e qual a situação atual? Esse processo nós começamos em agosto de 25. Criou-se a Avibras Aeroco, uma empresa nova que herdou os ativos da Avibras. Fizemos as diligências clássicas: a jurídica, a contábil e financeira, a de tecnologia e a industrial. Constatamos que a tecnologia estava intacta, servidores, a propriedade intelectual, desenhos, tudo estava intacto e a parte industrial, todo o maquinário, o parque estava intacto.

Por último, fiz uma diligência comercial. Visitamos os clientes no Brasil, as nossas Forças, e, no exterior, visitamos os clientes ativos, que são vários, principalmente no Golfo e no Sudeste Asiático. Todos os clientes estão aguardando com muita força a chegada da nova Avibras. De lá para cá, ter-

minamos as auditorias, iniciamos as atividades de back office, instalamos o jurídico, instalamos o comercial, a engenharia foi toda ligada. Em março, já estávamos com a engenharia ligada, toda parte de compras, procurement, parte das parcerias retomadas. E, neste momento, acabamos de revisar o parque industrial. Então, a gente começa a subida de produção. Obviamente, isso tem de ter uma cadência, um ramp-up.

As primeiras entregas vocês farão quando?

A gente vai fazer entregas neste ano e a prioridade será o Brasil. A gente entrega lotes de munições, lotes de peças de reposição ao Exército.

E, para a Força Aérea, entregaremos a continuidade do programa espacial. No ano que vem, acelerando, vamos subir de patamar. A gente vai ter entregas maiores para o Exército, contratos novos, inclusive com desenvolvimentos novos, que é um novo míssil balístico guiado de 120 km. Lá fora tem um movimento grande para que a Avibras continue o desenvolvimento do míssil de 300 km, que está praticamente pronto, e lance esse produto novo.

O míssil de cruzeiro?

Ele está pronto. Estamos finalizando a certificação. E o mercado quer um míssil menor, não de cruzeiro, mas balístico, que é um pouco diferente da maneira como ele voa, porque ele é supersônico. Ele é muito mais rápido. Mas ele não navega por waypoints e vai direto ao alvo, que é o que foi usado muito no engajamento da guerra da Ucrânia e do Golfo. E esse produto estamos fazendo com o Exército.

Exportações já começam no ano que vem?

Talvez em meados de 2027.

Vamos antecipar em um ano porque o mercado está aquecido.

O que mudou no mundo e como isso afeta o Brasil na forma como deve organizar a indústria de defesa?

Continuação: Não podemos mais fazer inovação só para estar na vanguarda

Temos de repensar a soberania. Alguns acreditavam que soberania era a capacidade de negociar. Outro grupo acreditava que, quando a diplomacia falha, você usa a força. E defendiam a necessidade de ter Forças Armadas treinadas e equipadas. Agora, o dinheiro de inovação tem de estar ligado às linhas de crédito do BNDES e tem de encontrar o orçamento federal.

Esse seria um caminho para o Brasil?

Mandatório, porque o modelo anterior era bom, mas não serve mais. O Brasil estava na vanguarda da inovação, mas a gente não estava chegando ao mercado com o produto no tempo. Então, se não integrar, na Europa não se dá mais dinheiro de inovação, se não tiver a seguinte resposta: "Como você vai industrializar e quando você me entrega o lote e com que cadência?"

Porque eu vou para a guerra. Eu preciso me defender." A gente não pode mais fazer inovação para estar na vanguarda. Nós temos de ter capacidade de industrializar e ter orçamento para comprar. E aí tem de unificar a indústria. Nós temos de chamar todas as empresas e trabalharmos de maneira sinérgica, porque, se a gente conseguir organizar esses três recursos, a gente dará carga de maneira organizada para toda a indústria de defesa.

Seção 301: audiência sobre tarifas ao Brasil terá 81 discursos; veja lista



Governo Trump analisa impor novas tarifas a produtos brasileiros; Flávio Bolsonaro irá ao evento

O governo dos Estados Unidos realiza, a partir desta segunda-feira, 3, uma audiência para debater a possibilidade de novas sanções ao Brasil. Na seção, haverá espaço para que autoridades e entidades possam expor seus argumentos contra e a favor a aplicação das novas taxas.

Os Estados Unidos ameaçam impor novas tarifas de até 40% ao Brasil, por meio de investigação com base na lei chamada de Seção 301, pela qual acusam o país de práticas desleais no comércio exterior.

A audiência será realizada em Washington, na sede do Escritório do Representante de Comércio (USTR), que realizou a investigação sobre o Brasil, a partir das 10h (11h em Brasília). O evento prevê 81 pronunciamentos, a serem realizados na segunda e terça, em 14 painéis diferentes. Veja a lista completa ao final da reportagem.

A primeira a falar será Andressa Silva, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz). Na segunda, falam ainda representantes da Sociedade Rural Brasileira, Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Associação Nacional do Café e Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), além de Stefano Mozzi, da Bauducco.

Antes da audiência, houve espaço para que os interessados enviassem comentários ao processo, que

recebeu mais de 700 manifestações. De um lado, parte das empresas e entidades defende que as taxas não sejam impostas, ou que haja um adiamento.

"A Bauducco solicitará uma exclusão restrita, direcionada e com prazo determinado para um número limitado de produtos de panificação - panetone, wafers recheados, biscoitos Choco e biscoitos Maria - que são essenciais para sustentar o investimento contínuo da empresa na produção nos EUA", diz a empresa, no pedido protocolado para participar da audiência.

Em sua participação, a empresa buscará destacar que atua nos EUA há mais de 20 anos e que constrói uma fábrica no condado de Pasco, na Flórida, no valor de US\$ 200 milhões e que deverá gerar 600 empregos. "A Bauducco explicará por que um período de exclusão de três a cinco anos é apropriado para se alinhar ao cronograma de conclusão e expansão da produção nacional", afirma a empresa.

Há, inclusive, entidades e americanas que se posicionaram da mesma maneira, por temerem impactos em seus negócios. "A Tesla solicita respeitosamente ao USTR que considere o impacto sobre os fabricantes americanos ao finalizar esta medida tarifária e que adicione ao Anexo A [lista de isenções] certos insumos necessários para a fabricação, provenientes do Brasil", disse a empresa, em carta protocolada ao USTR.

Do outro lado, há entidades e empresas americanas que pedem a imposição de tarifas ao Brasil, sob alegação de que o país representa uma concorrência desleal. Entidades do setor de carne e de etanol dos EUA estão entre os principais defensores das tarifas. Elas acusam o Brasil de não combater problemas como desmatamento e corrupção, entre outros problemas.

Uma decisão sobre as novas taxas será tomada até 15 de julho. Além da audiência, há espaço para negociações entre os governos nos bastidores. O USTR é um órgão subordinado à Casa Branca, e não faz parte do sistema judicial dos EUA. Assim, a decisão final também envolve um componente polí-

tico, e Trump pode dar a palavra final.

Flávio Bolsonaro fala na terça

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), será o primeiro a se pronunciar na terça-feira, 7. Ele defende que a aplicação de tarifas por parte dos Estados Unidos não resolverá os problemas apontados na investigação, que aponta barreiras comerciais impostas pelo Brasil a produtos e serviços americanos.

Para ele, as taxas impostas por Trump estão tendo um efeito oposto, de fazer o Brasil endurecer sua postura, e acusa o governo Lula de agir desta forma para obter ganhos eleitorais.

"As tarifas propostas recompensariam os próprios infratores que deveriam punir. Em outras palavras, as tarifas propostas recompensariam o atual governo brasileiro pela própria estratégia que vem adotando: obstruir negociações sérias, provocar retaliações de Washington e, em seguida, converter essa retaliação em uma vitória política interna", diz o senador, no documento.

Flávio defende, no documento, que as tarifas em análise pelos EUA sejam adiadas ao menos até a eleição, para que o tema não gere vantagens para Lula na disputa eleitoral. O líder brasileiro teve alta nas pesquisas quando Trump impôs tarifas ao país, no ano passado.

Neste dia, falam também o embaixador Roberto Azevedo, em nome da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Fiesp e da CSN. A lista traz, ainda, representantes da Taurus, Engemasa e Portobello.

Veja a agenda de depoimentos na investigação sobre a Seção 301

DIA 1

Segunda-feira, 6 de julho de 2026 - 10h00

Painel 1

1. Andressa Silva, Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz)
2. Mark Bitting, Gehring Montgomery, Inc.
3. Vinicius Vanzella, SAGMA
4. Marcelo Schunn Junqueira, Sociedade Rural Brasileira
5. Mark Wilson, Conselho de Grãos e Bioprodutos dos Estados Unidos

6. Andrew LaVigne, Associação Americana do Comércio de Sementes

Painel 2

1. Paulo Wenceslau, FN USA Inc.
2. Bill Bullard, Fundo de Defesa Jurídica dos Pecuáristas e Criadores de Gado dos Estados Unidos (R-CALF USA)
3. Justin Tupper, Associação dos Pecuáristas dos Estados Unidos
4. Fernanda Carneiro, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
5. Dan Haney, Alltech, Inc.

Painel 3

1. Marcos Matos, Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ)
2. José Luiz Pimenta Junior, Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS)
3. William Murray, Associação Nacional do Café
4. João Marcelo Messas, Associação Brasileira dos Exportadores de Mel
5. Joelma Lambertucci de Brito, Lambertucci Trade Solution
6. Beth Hughes, Associação Americana de Vestuário e Calçados

Intervalo

Painel 4

1. Kristina Rosales, Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil)
2. James Poole, Obelisk Tech Systems
3. Anne McKinney, Câmara de Comércio dos Estados Unidos
4. Paulo Figueiredo
5. Stefano Mozzi, Bauducco Foods Inc.
6. Jody Bickett, Wholesome Sweeteners

Painel 5

1. Arlen Penner, Prairie Imports LLC
2. Andrew Sargeantson, Sunland Trading, Inc.
3. Michael Carle, Sweet Harvest Foods
4. Clint Hagen, Associação Americana dos Produtores de Beterraba-Açucareira e Associação Americana do Açúcar de Beterraba

5. Mark Tasman, Peachtree Playthings, Inc.

6. Marni Karlin, Stonyfield Organic

Painel 6

1. Melinda St. Louis, Public Citizen

2. Dan Anthony, We Pay the Tariffs

3. Vinicius Nunes Pinto

4. Gustavo Pessoa

5. Ashley Amidon, Associação Internacional de Produtos de Madeira

Painel 7

1. Rodrigo A. de Ouro Preto Santos, **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)**

2. Chris Bliley, Growth Energy

3. Matthew Frostic, Associação Nacional dos Produtores de Milho

4. Edward Hubbard, Associação de Combustíveis Renováveis

5. Andrea Almeida, União Nacional do Etanol de Milho (UNEM)

6. Welber Barral, União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA)

Recesso

DIA 2

Terça-feira, 7 de julho de 2026 - 10h00

Painel 8

1. Flavio Bolsonaro, senador brasileiro

2. Embaixador Roberto Azevedo, Confederação Nacional da Indústria (CNI)

3. Letícia Sperb Masselli, Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados)

4. Matt Priest, Associação dos Distribuidores e Varejistas de Calçados da América (FDRA)

5. Peter Grueterich, JPT Group LLC / Bernardo Footwear

Painel 9

1. Pete Ruggiero, Crayola LLC

2. Jonathan Gold, Federação Nacional do Varejo

3. Lauren Gray, Dillard's Inc.

4. Embaixador Roberto Azevedo, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

5. Tim Tarpley, Conselho da Indústria de Energia e Tecnologia

Painel 10

1. Embaixador Roberto Azevedo, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)

2. Alais Coluchi, Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres (ANFACER)

3. Wilton Jose Machado, Brasil Minerios

4. João Baroni, Engemasa Engenharia e Materiais Ltda.

5. Atom Saverse, Isolatek International Corporation

6. Timothy Brightbill, Coalizão dos Fabricantes Americanos de Produtos de Marcenaria

Intervalo

Painel 11

1. Colby Slaughter, Rayonier Advanced Materials, Inc.

2. Homero Busnello, Tecumseh do Brasil Ltda.

3. Nils Kah, SHF Yachts LLC (Schaefer Yachts)

4. Bret Vorhees, Taurus Holdings Inc.

5. Timothy Bauer, Amyris Inc.

6. Mark Kaplan, Consolidated Mill Supply

Painel 12

1. Tessa Capeloto, Century Aluminum

2. Kyle Lundin, Mesabi Metallics

3. Celso Figueiredo, Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (SINDIFER)

4. Brandon Farris, Associação dos Fabricantes de Aço

5. Fernando Staudt, Altus Sistemas de Automação S.A.

6. Wagner Parente, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ)

Painel 13

1. Peter Barry, WEG Electric Corp.

2. Matthew Barron, Slyvamo

3. Welber Oliveira Barral, Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)

4. Celso Figueiredo, Klabin S.A.

5. Patrick Bloom, Cleveland-Cliffs Inc.

6. Barry Schneider, Steel Dynamics Inc.

Painel 14

1. Fabio Cruz, Centrorochas - Associação Brasileira de Rochas Naturais

2. James Hieb, Instituto da Pedra Natural (NSI)

3. Janelle Edmonds, Wisenbaker Builder Services Inc.

4. James Durbin, Portobello America

5. Gian Carlo Almeida Marodin, Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI)

Recesso

Brasil vai aos EUA tentar barrar tarifaço de Trump; veja os argumentos da indústria e do agro



Empresas, associações e representantes do setor produtivo brasileiro participam nesta segunda-feira (6) de audiências públicas promovidas pelo governo dos Estados Unidos para tentar evitar a sobretaxa de 25% proposta pela gestão de Donald Trump.

Começam nesta segunda-feira (6) as audiências públicas promovidas pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), etapa considerada decisiva na investigação comercial americana que propõe uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

As audiências fazem parte do processo, baseado na Seção 301 da legislação comercial americana, e permitem que empresas, associações, governos e outras partes interessadas apresentem seus argumentos antes da decisão final dos Estados Unidos. (sobre as audiências)

O USTR é órgão responsável por formular a política comercial dos Estados Unidos. Também conduz investigações sobre práticas consideradas prejudiciais ao comércio americano e pode recomendar medidas como a imposição de tarifas.

Representantes da indústria e do agronegócio brasileiros estarão entre os participantes. Eles pretendem convencer o governo americano de que a sobretaxa prejudicaria não apenas exportadores brasileiros, mas também empresas, consumidores e cadeias produtivas dos EUA.

Entre os participantes estão a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), além de representantes dos setores de café, arroz, açúcar, etanol de milho, ferro-gusa, rochas ornamentais, madeira, papel, calçados, mel e **propriedade intelectual**.

Enquanto isso, equipes técnicas dos governos dos dois países devem se reunir ainda nesta semana para alinhar os preparativos de uma última rodada de negociações de alto nível antes de 15 de julho, prazo em que Washington decidirá se avança com a imposição das tarifas.

A defesa da indústria brasileira

A estratégia da indústria brasileira é mostrar que as economias dos dois países são fortemente integradas e que a tarifa também elevaria custos para empresas americanas.

Indústria de transformação

A Fiesp, que representa as indústrias paulistas, defenderá que a tarifa de 25% não tem justificativa técnica nem econômica e pode prejudicar empresas e consumidores de ambos os países.

Em São Paulo, os segmentos mais expostos são justamente os de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos, autopeças, alimentos industrializados, madeira, móveis e outros produtos manufaturados.

Segundo estimativas da CNI, caso a medida seja adotada:

31,6% das exportações brasileiras para os Estados Unidos passarão a pagar tarifa total de 37,5% (soma dos 25% da investigação comercial com outros 12,5% de outra acusação americana, de "falha no combate ao trabalho forçado" no país); 35,2% de toda a pauta exportadora brasileira para o mercado americano será atingida pela nova sobretaxa; Somadas às tarifas já existentes da Seção 232, 54,1% das exportações brasileiras para os Estados Unidos

ficarão sujeitas a algum tipo de tarifa adicional.

Durante a audiência, a entidade também pretende rebater quatro pontos da investigação dos EUA:

Propriedade intelectual: defenderá que o Brasil reduziu o estoque de **patentes** no **INPI**, reforçou o combate à **pirataria** e ampliou ações de fiscalização; **Tarifas de importação:** afirmará que os acordos comerciais brasileiros têm alcance limitado e que cerca de metade das importações vindas dos EUA já entra no país com tarifa zero ou reduzida por regimes especiais; **Desmatamento:** argumentará que o crescimento da produção agrícola decorre principalmente de ganhos de produtividade e tecnologia, e não da expansão sobre áreas de floresta; **Relação bilateral:** defenderá maior integração comercial e cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, em vez da criação de novas barreiras.

Fiesp: 'Tarifa não faz sentido econômico'

O presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, Roberto Azevêdo, afirmou ao g1 que a entidade pretende demonstrar que as acusações feitas pelo USTR não se sustentam.

"A prática brasileira não é discriminatória, não é desleal nem ilegal do ponto de vista das regras internacionais do comércio, e não prejudica as empresas americanas", diz Azevêdo.

Na investigação, o governo americano questiona os acordos comerciais do Brasil com países como México e Índia, alegando que eles concedem tarifas preferenciais a produtos de setores específicos.

O governo brasileiro rebate, afirmando que esses acordos são legítimos, seguem as regras da OMC e não podem ser considerados prática passível de sanções comerciais.

Azevêdo, que também é ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), ressalta que a tarifa proposta também não produzirá os efeitos pretendidos pelos EUA.

"Essa tarifa não faz sentido do ponto de vista econômico. Ela não vai resolver os problemas apontados pelo USTR. Pelo contrário, vai aumentar os custos das cadeias produtivas no Brasil e nos Estados Unidos, elevar os preços para o consumidor e prejudicar as empresas dos dois países."

Segundo Azevêdo, o caminho passa por ampliar a negociação entre os governos. "O governo brasileiro poderia ser ainda mais proativo e criativo na

busca de soluções. Negociar não é entreguismo nem perder soberania. É buscar ganhos recíprocos para os dois lados."

O Brasil encaminhou, na quarta-feira (1º), uma resposta aos EUA sobre a investigação aberta pelo governo Donald Trump.

No documento, assinado pelo chanceler Mauro Vieira, o Brasil afirma que as críticas do governo americano ao Pix e a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) não têm relação com comércio, mas com divergências sobre políticas internas.

Roberto Azevêdo afirma que, embora a defesa técnica apresentada pelo Brasil seja consistente, a solução depende de articulação política. "Não basta apresentar argumentos jurídicos, é necessário que as instâncias políticas estejam constantemente envolvidas para buscar uma solução".

CNI defende diálogo para evitar prejuízos aos dois países

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defenderá, durante a audiência, que a tarifa adicional de 25% não tem justificativa jurídica, econômica ou estratégica e pode prejudicar empresas brasileiras e americanas.

Em entrevista ao g1, a gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, Constanza Negri, afirmou que não há evidências de que empresas americanas sejam discriminadas no Brasil.

"Na nossa perspectiva, fica claro que essas medidas não têm justificativa em nenhum dos três planos: jurídico, econômico ou estratégico", afirmou.



Brasil responde a relatório dos Estados Unidos e contesta tarifa de 25%
Brasil responde a relatório dos Estados Unidos e contesta tarifa de 25%

Segundo ela, a relação comercial entre os dois países é complementar e a sobretaxa elevaria custos para toda a cadeia produtiva.

"Qualquer medida que encareça ou crie barreiras para essa relação trará prejuízos não apenas para o Brasil, mas também para os Estados Unidos", disse.

A executiva também afirmou que a indústria defende a priorização das negociações entre os governos e alertou que a principal preocupação do setor é a incerteza gerada pelas mudanças sucessivas na política comercial dos EUA.

"O setor privado vem sofrendo não apenas pela queda das exportações, mas também pela grande imprevisibilidade. As empresas não sabem a qual tarifa estarão sujeitas", afirmou.

â¶ Máquinas e equipamentos

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) pedirá a exclusão do setor de uma eventual tarifa adicional de 25%, argumentando que a relação comercial entre Brasil e EUA é baseada em cadeias produtivas integradas, e não em concorrência direta.

Os Estados Unidos são o principal destino das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos e concentram cerca de um quarto das vendas externas do setor. Em 2025, no entanto, as tarifas impostas pelo governo americano levaram a uma queda de mais de 9% nessas exportações.

Além da , parte dos produtos também está sujeita às tarifas da Seção 232, aplicadas ao aço e ao alumínio. Antes de todo o tarifaço, a maior parte das máquinas brasileiras entrava no mercado americano com taxa zero.

A principal linha de defesa da Abimaq será mostrar que uma sobretaxação também prejudicaria a indústria americana.

Segundo a entidade, 82% das exportações brasileiras de máquinas para os Estados Unidos ocorrem entre empresas do mesmo grupo econômico, como uma matriz americana e sua filial no Brasil.

Para a Abimaq, isso mostra que as cadeias produtivas dos dois países são altamente integradas e que uma sobretaxa elevaria os custos da própria indústria americana, que depende desses componentes e equipamentos.

Ao g1, a diretora de Comércio Exterior da Abimaq, Patrícia Gomes, afirmou que muitos equipamentos são desenvolvidos sob encomenda, passam por processos de certificação e exigem relacionamento de longo prazo entre fabricantes e clientes.

"É muito difícil substituir um fornecedor de máquinas e equipamentos. Estamos falando de projetos de médio e longo prazo, com equipamentos certificados e desenvolvidos em conjunto com os clientes."

Segundo a executiva, uma ruptura nessas cadeias elevaria os custos da própria indústria americana e afetaria investimentos em setores estratégicos, como construção, logística, mineração, energia e transporte.

Apesar de defender a exclusão integral do setor, a Abimaq reconhece que o cenário ainda é incerto e considera mais provável a ampliação da lista de produtos isentos. ()

"Nosso objetivo é buscar a exclusão do setor de máquinas e equipamentos. Mas, diante das incertezas, também trabalhamos para ampliar a lista de exceções caso as tarifas sejam mantidas."

â¶ Siderurgia

O Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais (Sindifer), que representa as empresas produtoras de ferro-gusa no principal estado exportador do produto no país, pedirá a exclusão do ferro-gusa brasileiro da tarifa.

â O ferro-gusa é a matéria-prima usada na fabricação de aço e de peças de ferro fundido. O produto abastece siderúrgicas e fundições e é considerado um insumo essencial para diversos segmentos industriais.

A entidade afirma que o produto é essencial para siderúrgicas americanas, não tem relação com os temas investigados pelo USTR e é difícil de ser substituído.

Também destaca que cerca de 83% das exportações brasileiras de ferro-gusa têm como destino os EUA e que a produção nacional utiliza carvão vegetal de florestas plantadas, reduzindo emissões de carbono.

â¶ Agronegócio

No caso do agronegócio, três segmentos brasileiros - mel, café solúvel e pescados - participam das audiências nos Estados Unidos para tentar evitar a nova tarifa proposta por Trump.

A estratégia central é demonstrar que a medida pode pressionar preços ao consumidor, elevar a inflação e também afetar cadeias produtivas dentro da própria economia americana.

Na defesa do setor, participarão entidades como:

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sociedade Rural Brasileira; União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA); Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz); Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé); Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS); União Nacional do Etanol de Milho (UNEM); Associação Brasileira dos Exportadores de Mel.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que representa mais de 5 milhões de produtores rurais, afirma que as tarifas prejudicam uma relação comercial considerada complementar entre os dois países.

Em manifestação enviada ao USTR, a entidade sustenta que os acordos comerciais brasileiros com países como México e Índia seguem as regras da OMC e não causam prejuízos aos Estados Unidos.

Segundo a CNA, esses acordos representam cerca de 1,9% das importações brasileiras, enquanto os Estados Unidos seguem como o segundo maior fornecedor do mercado brasileiro.

A CNA também contesta a associação entre o crescimento do agronegócio e o desmatamento ilegal, afirmando que o aumento da produção ocorreu principalmente por ganhos de produtividade e **inovação tecnológica**. Como exemplo, cita que, entre 2005 e 2026, a produção de grãos cresceu 213%,

enquanto o desmatamento na Amazônia caiu 79%.

Como alternativa às tarifas, a entidade defendeu o fortalecimento da cooperação bilateral em áreas como agricultura sustentável, biocombustíveis e facilitação do comércio, destacando também a dependência da agropecuária brasileira de insumos importados dos Estados Unidos.

Empresas vão aos EUA hoje tentar barrar tarifaço; veja os argumentos



Setores como máquinas, café, madeira e rochas ornamentais vão a Washington nesta segunda-feira defender que a tarifa prejudica também empresas e consumidores americanos

Representantes de empresas brasileiras e entidades setoriais participam, a partir desta segunda-feira, de audiências em Washington, nos Estados Unidos, em um esforço para impedir a adoção de tarifas de 25% propostas pelo Escritório do Representante Comercial americano (USTR, na sigla em inglês). O principal argumento é que, além de prejudicar negócios no Brasil, a taxaço elevará custos para empresas e para o consumidor americano, além de reduzir investimentos e empregos no país.

Propostas 'mapa do caminho': Brasil propõe reduzir alíquotas para produtos de setores dominados pelos EUA para evitar tarifaço. Tarifaço dos EUA: soberania brasileira é tema que não está em negociação, afirma ministro Elias Rosa

Pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Patrícia Gomes, diretora de Comércio Exterior da entidade, vai defender que mais de 80% do comércio bilateral do setor ocorre entre companhias coligadas - matriz e filial - e que a taxaço afetaria a própria indústria americana em setores como infraestrutura e energia:

- Em componentes para a produção nos EUA, seria difícil fazer uma substituição rápida (de importações), dando oportunidade a outros países como a China.

A importação de máquinas e equipamentos do Brasil pelos EUA somou US\$ 3,2 bilhões em 2025, com superávit de US\$ 1,2 bilhão para os americanos. Número que, segundo Patrícia, mostra que a taxaço não se justifica.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), representada pelo embaixador Roberto Azevedo, ex-presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC), vai questionar a tarifa adicional de 25%, argumentando que a medida não se justifica sob os aspectos jurídico, econômico e estratégico e que o Brasil tem avançado nos temas sob investigação do USTR.

Pelos cálculos da entidade, mais de 35,2% das manufaturas exportadas pelo Brasil seriam alvo de novas tarifas.

A WEG, cuja subsidiária americana é a segunda maior fabricante de motores elétricos dos EUA, leva à audiência o presidente de sua filial estadunidense, Peter Barry, que vai citar os 2.300 colaboradores da empresa nos EUA e sua integração a cadeias de energia, indústria e infraestrutura.

Outro argumento da empresa é que a tarifa "reduziria a competitividade da economia americana e prejudicaria os trabalhadores, sem promover os objetivos da investigação ou corrigir as práticas que ela busca combater".

Contraponto em documento: Governo Lula diz aos EUA que tarifaço é 'remédio inapropriado' e que Pix não exclui empresas estrangeiras

No mês passado, a WEG fechou contrato para fornecer cerca de 600 motores ao Thacker Pass, unidade de processamento de lítio em construção em Nevada com US\$ 2,23 bilhões em financiamento do Departamento de Energia americano.

Pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral vai apontar falhas no relatório do USTR, inclusive em relação à lei americana e às exigências da OMC:

- Mas também em relação às exigências da OMC, aos dados que não foram considerados, principalmente os de desmatamento, que estão desatualizados.

Geração de empregos da Bauducco

A Bauducco vai centrar sua argumentação na nova fábrica de US\$ 200 milhões inaugurada pela subsidiária americana da empresa na Flórida no mês passado, segundo documento de solicitação para testemunhar na investigação.

A unidade dobra a capacidade de produção da companhia nos EUA, concentra toda a linha de wafers em um único local e deve gerar 600 empregos em plena capacidade, além de reduzir custos e prazos ligados à importação de insumos.

Com base nesse investimento, o CEO Stefano Mozzi vai pedir exclusão dos produtos da empresa do tarifaço por três a cinco anos, argumentando que a taxaço resultaria em menos investimento, menos empregos e mais custo para o consumidor americano.

A Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci), por sua vez, vai destacar que metade das exportações brasileiras do setor vai para os EUA, supridas principalmente por florestas plantadas com manejo sustentado e sistemas de rastreabilidade.

Manutenção de isenção para o café

O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), representado por seu diretor-geral, Marcos Matos, vai buscar manter a isenção tarifária para o café verde brasileiro e ampliar a lista de exceções da Seção 301 para incluir o café solúvel - estratégia construída junto com a National Coffee Association (NCA), entidade da indústria cafeeira

americana que apoia a posição brasileira:

- O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo, enquanto os Estados Unidos são o maior consumidor. Quando surgiu a perspectiva de tarifas sobre o café brasileiro, a inflação do produto chegou a ser oito vezes maior que a inflação média americana.

A Associação Brasileira de Rochas Ornamentais (Controrochas), pelo vice-presidente Fábio Cruz, vai levar argumento semelhante: o Brasil fornece insumo essencial para a indústria americana de rochas ornamentais, que depois transforma e distribui o produto - quem pagaria a conta seria o consumidor dos EUA.

Segundo a entidade, cerca de 85% das pedras naturais consumidas pelos americanos são importadas, e um quarto desse volume vem do Brasil, principal fornecedor.

Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) argumenta que as críticas às tarifas preferenciais, ao acesso ao mercado de etanol e ao combate ao desmatamento não têm respaldo em evidências econômicas nem nas regras da OMC, defendendo solução por cooperação bilateral.

A **Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)**, por sua vez, sustenta que os avanços do Brasil no combate à **pirataria** e na redução do tempo de análise de **patentes** tornam desatualizado o diagnóstico do USTR.

Governo Lula aposta em nova reunião e na oferta de redução de alíquotas para barrar tarifaço de Trump

Planalto vê como trunfo a diminuição de taxas para a importação de produtos de setores que são dominados pelos EUA, como máquinas, equipamentos na área da saúde e tecnologia da informação

A nove dias do prazo final para os Estados Unidos anunciarem se vão implantar a taxação de 25% sobre os produtos brasileiros, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta em uma nova reunião com o representante comercial, Jamieson Greer, e na oferta de redução de alíquotas para setores cujos mercados são dominados pelos americanos para impedir o tarifaço.

Mesmo com a tentativa de demonstrar esforço para evitar as sanções, setores do governo mostram pessimismo com a possibilidade de sucesso da iniciativa. A avaliação é que, de olho nas eleições de outubro, o governo Donald Trump não teria interesse em dar uma vitória política a Lula. A gestão petista entende que os americanos vão se empenhar em ajudar a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Em documento enviado na semana passada ao Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), órgão responsável pela investigação comercial, Flávio pediu o adiamento do tarifaço.

O governo acredita que se as tarifas não forem impostas pelos americanos, o pré-candidato do PL tentará capitalizar o mérito, dizendo que atuou junto à gestão Trump. Auxiliares de Lula dizem que, se isso acontecer, farão a disputa da narrativa.

Para tentar evitar a influência de fatores políticos na negociação, o governo brasileiro decidiu apresentar aos EUA um pacote de medidas que pretende adotar para contemplar os seis temas apontados na conclusão da investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio americana. As iniciativas são chamadas internamente de "mapa do caminho" e contemplam comércio digital, tarifas preferenciais, combate à corrupção, proteção à **propriedade intelectual**, etanol e desmatamento ilegal.

A proposta vista como principal trunfo pelos brasileiros é a de redução de tarifas para a importação de produtos de setores que são dominados pelos EUA, como máquinas, equipamentos na área da saúde e tecnologia da informação.

O assunto deve ser aprofundado em uma nova reunião virtual entre o ministro da Indústria e Comércio, Marcio Elias Rosa, e Jamieson Greer, esperada pelas autoridades brasileiras para os próximos dias. Os dois conversaram pela última vez na quinta-feira passada.

O "mapa do caminho" contém variadas propostas, mas não trata do Pix, um dos pontos citados na conclusão da investigação da USTR. A avaliação do governo brasileiro é que não há condições de fazer qualquer discussão sobre o meio eletrônico de pagamentos. A investigação americana diz que o país utiliza políticas desleais para favorecer o Pix em detrimento de empresas de serviços de pagamento eletrônico dos Estados Unidos.

No começo desta semana, acontecerá a audiência promovida pelo órgão de comércio americano para apresentação de argumentos sobre a taxação aos produtos brasileiros. O governo não participará, pois entende que o espaço deve ser ocupado pelo setor privado. Já Flávio Bolsonaro se inscreveu para audiência e deve defender, como já fez na carta da semana passada, o adiamento do tarifaço para depois das eleições.

Representantes de empresas brasileiras e entidades, por sua vez, vão argumentar que, além de prejudicar negócios no Brasil, a taxação elevará custos para empresas e para o consumidor americano e reduzirá investimentos e empregos no país.

O USTR concluiu a investigação comercial contra o Brasil e propôs a aplicação de tarifas de 25% sobre mercadorias brasileiras, no dia 2 de junho, menos de um mês depois da visita de Lula a Trump na Casa Branca. Em paralelo, há ainda uma proposta de sobretaxa de 12,5%, vinculada à alegação de falta de ações suficientes do Brasil contra o trabalho forçado, o que pode levar o total a 37,5%.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	5,6,7,8,13,14
Entidades	1,2
Inovação	9,10,11,12
Marco regulatório INPI	9,10,11,12
Patentes	9,10,11,12,13,14
Pirataria	1,2,9,10,11,12,13,14
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15